

# POR UM IMPÉRIO DA FLOR DE LIS

*Ou sobre os não-europeísmos  
universalistas e utópicos da  
cultura popular tradicional  
lusó-afro-ameríndio-brasileira*



AMON PINHO

**PALESTRA DE ABERTURA DO  
12.º ENCONTRO INTERNACIONAL BOCA DO CÉU  
DE CONTADORES DE HISTÓRIAS**

**“ECOS DA LUSOFONIA NAS LINGUAGENS  
POPULARES BRASILEIRAS”**

**OFICINA CULTURAL OSWALD DE ANDRADE,  
30.05 A 04.06.2022, SÃO PAULO**

*Para Maria Amélia Pinho Pereira, a Péo,  
para Regina Machado e o Boca do Céu,  
por tudo de lindo que prosseguirá advindo,  
as imprevistas rimas vaticinam*

## I. UM PENSAR-SENTIR POR IMAGENS

Se o que aqui se publica é um texto originalmente concebido como palestra de abertura do 12.º Encontro Internacional Boca do Céu de Contadores de Histórias, e se o nome desse *encontro em que nos encontramos* é este, *Boca do Céu*, faz sentido que no céu, de algum modo, já agora nos ponhamos.

É noite... Uma noite clara, translúcida, de poucas nuvens e, ao que parece, inebriante lua cheia. Não vemos a lua, mas o reflexo da sua luz no azul-marinho das águas. E sabemos-la cheia. À terra, não vemos mulheres ou homens, seres tão curiosos, mas rastros luminosos da sua presença sobre o solo dalguma parte do globo. E sabemos-los presentes. Do passado vindos, para algum futuro rumando. Daí fundo respiramos... Em sentido pleno. E tudo, natureza e cultura juntos, em momento assim único, se nos afigura tão bonito e delicado, tão digno de nota, que nos pomos a contemplar, pensar e reescrever.

No princípio de tudo era o *Lógos*, já se o disse. O verbo, a palavra, a linguagem. Neste nosso vislumbrante princípio aqui é uma imagem. Uma fotografia. Etimologicamente, uma escrita da luz. Uma linguagem da luz. E mais: luminosa.

Há então uma imagem. No começo, há uma imagem. E imaginação poética e filosófica. Uma imagem noturna feita a partir de satélite em primeiro plano, na qual podemos visualizar duas porções de terra e duas porções de água, que, ao mesmo tempo, se separam e interconectam por meio de um estreito.



*Fonte: NASA Images*

Trata-se do Estreito de Gibraltar, perspectivado desde o nordeste da Península Ibérica. A mancha luminosa central é a Grande Madri; aquela outra, a oeste, a Grande Lisboa; ao sul, Sevilha e, adiante, o Estreito de Gibraltar, com Espanha e Portugal do lado de cá e o Marrocos do lado de lá, com as manchas luminosas das cidades de Tânger (à direita) e Tétouan (à esquerda).

Em seu conjunto, essa imagem lembra, a meu ver, a de um trevo de quatro folhas; composto então pelas folhas do Mar Mediterrâneo (à esquerda), do Oceano Atlântico (à direita), a folha da África mediterrânea (acima) e a folha da Europa (abaixo), mais especificamente da Europa cispirenaica, que é a parte do continente europeu que corresponde à Península Ibérica. Folhas sobre as quais, conforme sabemos todos, muita história já foi escrita.

Encontramo-nos então perante um trevo de quatro folhas histórico, geográfico – poderíamos desde já acrescentar –, intercivilizacional, que, penso eu, ainda nos dias de hoje tem algo de relevante a nos dizer. Este trevo, este simbólico trevo. De onde me ocorre uma pergunta: seria ele um trevo, um cruzo, um cruzamento da sorte? Ou, melhor dizendo, seria ele um simbólico trevo da fortuna no qual se jogou e ainda hoje se joga a sorte, o destino, de uma parte importante da história da humanidade?

É uma pergunta de difícil resposta. Mas que, de todo modo, penso ser de interesse formular, haja vista que, de alguma maneira, ela está relacionada com temas e questões que abordaremos.

Igualmente noturna, porém sob outro luar, já nesta imagem segunda o que visualizamos, uma vez mais, é a Península Ibérica, só que em ângulo de observação contrário ao da imagem anterior.



*Fonte: NASA Images*



De modo que podemos falar numa Europa que está aquém, cis, antes dos Pireneus: Europa cispirenaica. E numa Europa que está além, trans, depois dos Pireneus, Europa transpirenaica, sendo crucial, para a interpretação que se busca, termos em conta essa distinção entre uma Europa periférica (hispano-portuguesa) de aquém-Pireneus, cispirenaica, e uma Europa central (franco-germano-italo-inglesa) de além-Pireneus, transpirenaica.

De onde me ocorre uma segunda pergunta: quão transpirenaica seria a Europa de Cispireneus? Ou de maneira mais objetiva, quão central ou propriamente europeia seria a periférica Península Ibérica? Pondo ainda noutros termos: seriam os Pireneus uma fronteira natural, geográfica, linguística e cultural, apenas, ou poderíamos vê-los – a eles Pireneus – como uma fronteira também civilizacional? Ou ainda: até que ponto a Península Ibérica, a Ibéria, é realmente Europa?

Creio que podemos deixar, como marco introdutório, essas perguntas em suspenso, e de modo a retomá-las quando se fizer oportuno. São perguntas que aqui se põem como se fossem uma epígrafe, um portal indagativo e problematizante de entrada para o que, a seguir, passo a desenvolver.

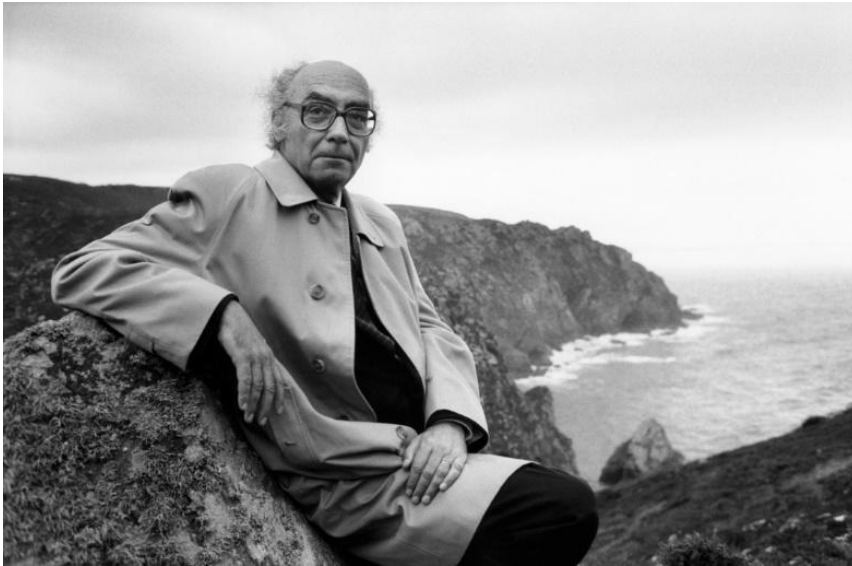
## II. A JANGADA DE PEDRA

Esta décima segunda edição do Boca do Céu, mediante a curadoria primorosa de Regina Machado, põe a ideia-imagem da “eterna criança” no centro do palco. Por esse motivo, principio esta exposição convidando-vos a uma incursão, que me parece em diversos sentidos proveitosa fazermos, por um romance de José Saramago (1922-2010) intitulado *A Jangada de Pedra*. Romance que põe a simbólica da criança eterna ou atemporal também em lugar central, na medida em que define, em certo momento da narrativa, a assim chamada “jangada de pedra” como uma criança. Uma criança que ruma para o Sul – para este nosso Sul geográfico do mundo – como quem ruma para um parto, para uma nova vida, para um renascimento.

Mas o que, afinal, seria isto que a imaginação literária e alegórico-simbólica de Saramago chama de “a jangada de pedra”? A jangada de pedra é a já referida Península Ibérica, na qual se situam os territórios desses dois países que atendem pelo nome de Portugal e de Espanha.

E por que razão à Península Ibérica ou à Ibéria caberia a denominação de “jangada de pedra”? Dado a sua forma geográfica quadrangular ou retangular, semelhante à das jangadas?

Sim, certamente, mas mais grave do que isso, uma vez que o que Saramago nos relata neste romance é a história de uma separação, a saber, a história de uma sobrenatural separação geológica entre a Península Ibérica e a Europa. E não somente uma separação – por meio de gigantescas fendas que se abriram ao longo de toda a cadeia montanhosa dos Pireneus. Separação seguida de deriva, visto que após desprender-se da Europa a Ibéria como que se torna uma embarcação, uma jangada de pedra, que principia uma viagem pelo oceano Atlântico.



*José Saramago (1922-2010), num registo fotográfico datado de 1990. Foto de Jean Gaumy*

O insólito acontecimento geológico é descrito por Saramago nos seguintes termos:

Então, a Península Ibérica moveu-se um pouco mais, um metro, dois metros, a experimentar as forças. [...] Houve depois uma pausa, sentiu-se passar nos ares um grande sopro, como a primeira respiração profunda de quem acorda, e a massa de pedra e terra, coberta de cidades, aldeias, rios, bosques, fábricas, matos bravios, campos cultivados, com a sua gente e os seus animais, começou a mover-se, barca que se afasta do porto e aponta ao mar outra vez desconhecido.<sup>1</sup>

Apartada do continente do qual era península (*pene*, “quase”, *insŭla*, “ilha”), a Ibéria – agora tornada ínsula, agora tornada ilha – inicia então um movimento latitudinal/horizontal de deslocamento de leste para oeste, de oriente para ocidente que a vai gradualmente distanciando da Europa. Pelo caminho, porém, logo na sequência, uma catástrofe se avizinha, pois

---

<sup>1</sup>José Saramago. *A jangada de pedra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 43.



a Ínsula Ibérica em seu deslocamento para ocidente ruma de encontro a um arquipélago, o arquipélago dos Açores.

Medo, pânico e crenças apocalípticas, fugas migratórias, evacuações emergenciais, governo de salvação nacional e estados de calamidade pública, vinham sendo – desde a insólita ruptura geológica – eventos recorrentes na conjuntura (pen)insular. Os habitantes de Portugal e da Espanha experienciavam tais eventos como se do fim do mundo, ou pelo menos daquele pedaço do mundo, se tratasse, enquanto o resto da população global, e respectivos governos, a tudo acompanhava com assombro, preocupação e, claro, estratégias geopolíticas e busca oportunística de vantagens.

A colisão, porém, entre Portugal e o arquipélago dos Açores não chega a se consumir, em razão de um ligeiro desvio de rota para o norte que a jangada de pedra acaba por realizar, de forma tão inexplicável quanto espontânea, e que lhe permite prosseguir em seu movimento crescente de aproximação das costas norte-americanas e canadenses. A determinado momento e sem sobreaviso, no entanto, a Península Ibérica estanca a sua navegação transoceânica. Ao que diz Saramago:

Os jornais de todo o mundo publicaram [...] a histórica fotografia que mostrava a península [...] ali quieta no meio do oceano, mantendo, com milimétrica aproximação, a sua posição em relação aos pontos cardeais por que se rege e orienta o orbe, o Porto tão ao norte de Lisboa como sempre esteve, Granada ao sul de Madrid desde que Madrid nasceu, e o resto pela mesma conhecida conformidade. [...] Portugal virado para ocidente, para os Estados Unidos, a Espanha voltada para oriente, para a Europa.<sup>2</sup>

Eis todavia que, pouco tempo transcorrido, a península de súbito move-se outra vez:

Mas agora, e o espanto foi geral e mundial, o movimento não era para ocidente nem para oriente, para sul ou para norte. A península girava sobre si mesma, em sentido diabólico, isto é, contrário ao dos ponteiros do relógio [...].<sup>3</sup>

Como um carrossel num sonho, e pondo em causa todas as leis físicas pelas quais o planeta Terra era regido, “a península [cito Saramago] rodava majestosamente no meio do atlântico”.<sup>4</sup> E rodava em sentido anti-horário, de modo a evidenciar, sem margem para dúvidas, que aquela sucessão de fenômenos extraordinários em curso era eminentemente subversora. Subversora não somente das leis da física, mas dos ritmos da natureza, do posicionamento relativo dos

---

<sup>2</sup> Idem, *ibidem*, p. 284 e 285.

<sup>3</sup> Idem, *ibidem*, p. 286-287.

<sup>4</sup> Idem, *ibidem*, p. 288.





*Giro de 90°, ¼ de circunferência*



*Giro de 180°, ½ circunferência*

Girava então a península e no instante em que uma meia-volta perfeita se completou, ficou ela literalmente de pernas para o ar, com a porção norte (por exemplo as Astúrias) toda voltada para o Sul e o lado ocidental (por exemplo, Portugal) inteiramente virado para oriente. E foi ali, naquele exato e sobrenatural minuto em que se pôs inteira de ponta-cabeça, literal e simbolicamente invertida, que a Ibéria principiou, sem deixar de girar, um repentino mergulho em direção ao Sul.

Conta-nos o narrador do romance que, por essa altura, um anônimo poeta português, de forma tão inspirada quanto intuitiva, comparou o duplo movimento da península (o de rotação sobre si mesma e o de descida para o sul) ao de uma criança que no ventre de sua mãe dá a primeira cambalhota de sua vida, visando descer e realizar, no útero, o encaixe desde o qual pudesse vir à luz.

Certeira era a intuição do poeta, pois disso mesmo se tratava. Ao longo daqueles meses em que esteve em aparente deriva, após se desprender da Europa – desviando dos Açores, navegando ao norte em latitudes estadunidenses e canadianas, girando e reinventando-se no espaço-tempo, para na sequência direcionar-se, finalmente, ao Sul –, a Ibéria experienciou o impensável, o extraordinário, o inaudito. E ao tê-lo experienciado, pôde repensar-se fundamentalmente e em todos os níveis. À viagem externa correspondeu uma outra viagem, interna, de busca plural de sua identidade histórica, cultural e civilizacional. Busca na forma de uma autognose, de um conhecimento e reconhecimento de si no que teria de mais próprio, de uma arqueologia radical de sua história, de uma retomada profunda de suas tradições mais autênticas e de reencontro dela, Ibéria, consigo mesma.

E eis que no decurso desse movimento duplo de girar sobre si mesma e de navegar para o Sul, relata-nos o romance 1) que todas ou quase todas as mulheres férteis da Península Ibérica se declararam grávidas; e 2) que a Ibéria havia alcançado um ponto de sua trajetória para o Sul não mais situado, como antes, entre a América do Norte e a Europa, mas entre a América Central e a África.

Sim, prosseguia a península em seu descenso Sul – já não mais norteava e sim *suleava* – quando, repentinamente, interrompeu a sua rotação e, na posição vertical em que o giro a deixou, continuou a cair.



*Giro de 270°, ¾ de circunferência*

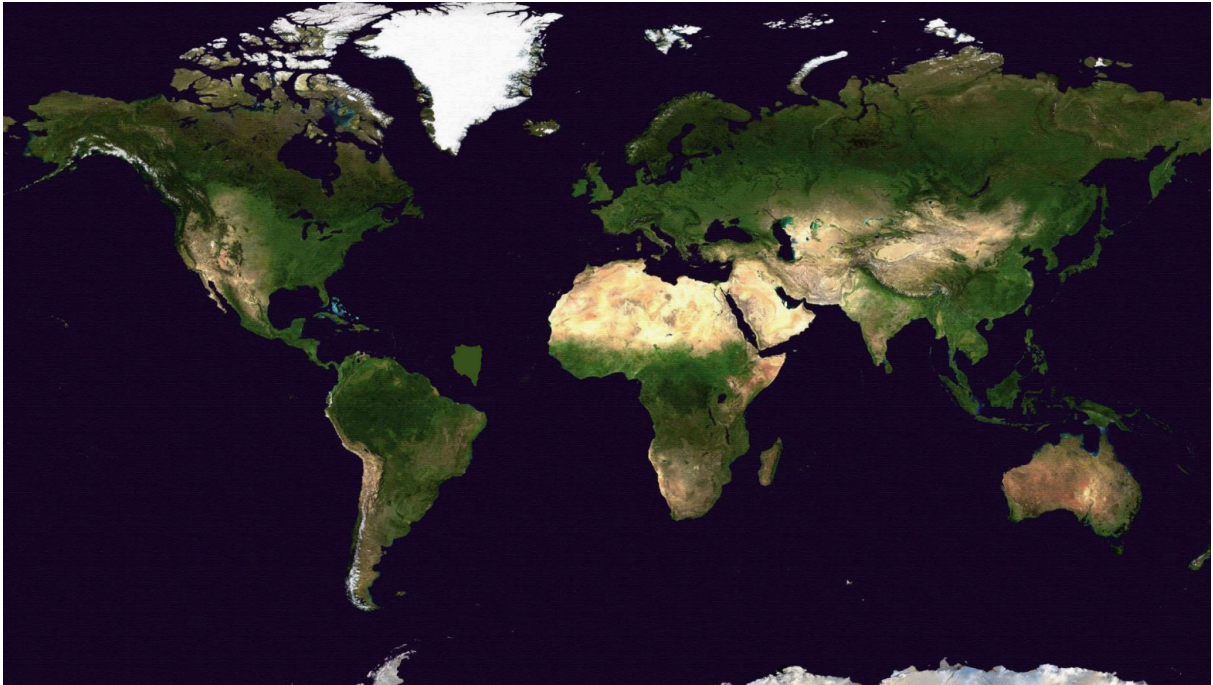
Posição vertical para a qual o narrador de *A Jangada de Pedra* chama a nossa atenção: pois não é que naquela vertical posição, após ter rodado, em sentido anti-horário, algo como 270 graus (isto é, ¾ de circunferência), pois não é que naquela posição parecia o território da península, em sua forma geográfica, um símile, um semelhante, um gêmeo, das geografias tanto da América do Sul quanto da África?

[...] vemos Portugal e Galiza ao norte, ocupando toda a largura, de ocidente para oriente, depois a grande massa vai-se estreitando, à esquerda ainda com a saliência de um bojo, Andaluzia e Valência, à direita a costa cantábrica e, na mesma linha, a muralha dos Pirenéus. O bico da pedra, a proa cortadora, é o Cabo Creus, trazido das águas mediterrâneas para estes alterosos mares.<sup>6</sup>

Proseguiu a península um tanto mais sua navegação no rumo do Atlântico Sul, devagar. E daí parou. Parou como ser renovado que viajando se transformou, como *criança*, *simbólica criança* que deu uma cambalhota subvertendo o espaço-tempo, e que de pé, na vertical, acabara

<sup>6</sup> Idem, *ibidem*, p. 310.

de renascer. Ali estava ela no meio do Atlântico, nas proximidades da linha do Equador, como uma alpondra – uma pedra passadeira, uma pedra de passagem – a ligar Sulaméricas e Áfricas, e a, com ambas, formar uma espécie de trindade.



*A Ínsula Ibérica, beirando o austral Atlântico, entre a América do Sul e a África*

#### IV. SER E NÃO SER EUROPA

Mas ligação triádica de que ordem? De relações metrópole-colônia, exploração econômica, tráfico de escravizados e circulação de mercadorias, como ao longo de séculos antes?

De forma alguma. O que temos diante é uma Ibéria que se refundou e que agora põe-se perante Américas e Áfricas não mais como agente do colonialismo europeu. Pelo contrário. Se ali ela está, nos termos dessa utopia saramaguiana de Ibéria – pois é disso que se trata, de uma utopia literária (e não só) de Ibero-Afro-América<sup>7</sup> –, tal deve-se à sua ruptura com a Europa. Ruptura que se deu porque ela, Ibéria, a rigor, não é Europa, como já o diziam Miguel de Unamuno e Ángel Ganivet – pensadores da Geração espanhola de 1898 –, ou Gilberto Freyre, Richard Morse e Agostinho da Silva, entre outros.

---

<sup>7</sup> Cf. José Saramago, “Meditação sobre uma jangada”. Disponível em: <<https://observalinguaportuguesa.org/meditacao-sobre-uma-jangada>>. Acesso em: 08 abr. 2022.

Ibéria não é Europa ou, para sermos mais precisos, Ibéria não é apenas Europa. Em verdade o que ela é, é um fenômeno histórico-étnico-cultural indefinido entre África e Europa. E é essa indefinição aquilo que justamente a define, ou seja, uma dualidade ou bicontinentalidade África-Europa, na qual, como afirmava Gilberto Freyre, a Europa reina, porém sem governar, posto que quem governa mesmo é a África.<sup>8</sup> E por quê?

Para início de conversa porque entre os séculos VIII e XV – portanto durante quase 800 anos – foi ela marcada por uma presença muçulmana que acabou por se mostrar indelével, inapagável, e que fez dela, Ibéria, um fenômeno civilizacional intermédio entre África e Europa; entre cristianismo, islamismo e judaísmo; e mais, entre Oriente e Ocidente.

Tornemos a visualizar o sul da península, antes de Saramago a ter alegoricamente arrancado da Europa, e em particular consideremos o Estreito de Gibraltar. *Gibral-Tar*, ou se dito em árabe *Jebel Tarik* – traduzindo –, o “Rochedo de Tarik”, tendo sido Tarik Ibn Ziyad o governador muçulmano de Tânger que, no ano de 711, comandou as forças islâmicas por meio das quais se iniciou o processo de conquista da Península Ibérica por tropas árabes e sobretudo bérberes, povos respectivamente do médio-oriente e da África mediterrânea, especificamente do Magrebe. Processo de conquista surpreendentemente rápido, pois não encontrou resistência significativa por parte dos cristãos visigodos (do Reino Visigótico), povo que na altura dominava o território peninsular. Nove anos depois, em 720, praticamente toda a Ibéria se encontrava sob o domínio político dos muçulmanos, num movimento de expansão dentro da Europa que parecia dar-se de modo irresistível, até que interrompido, em 732, já nas terras transpirenaicas do Reino dos Francos, por Carlos Martel (o futuro avô de Carlos Magno), na célebre batalha de Poitiers, de onde refluíram, eles os muçulmanos, a Al-Andalus, a denominação árabe da Península Ibérica.

Extensa, complexa e civilizacionalmente impactante, exuberante pela diversidade étnico-cultural e pela sofisticação artística, filosófica, científica e urbanístico-arquitetônica alcançadas, a história de Al-Andalus caracterizou-se também por altamente dinâmica. Como o evidenciam as suas fronteiras territoriais internas via de regra cambiantes, ao sabor dos avanços e recuos das partes ora em contenda ora em diálogo. Carlos Fuentes, em seu *Espelho enterrado*, designa-as “crepusculares”,<sup>9</sup> para ressaltar o seu caráter de fronteiras flutuantes entre territórios, línguas, culturas, crenças religiosas, hábitos sociais, formas de comportamento e de pensamento distintos: cristãos, islâmicos, judaicos, tanto quanto não

---

<sup>8</sup> Cf. Gilberto Freyre, *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48.<sup>a</sup> ed. rev. São Paulo: Global, 2003, p. 66.

<sup>9</sup> Carlos Fuentes, *O espelho enterrado: reflexões sobre a Espanha e o Novo Mundo*. Tradução de Mauro Gama. Rio de Janeiro: Rocco, 2001, p. 52 e ss.

estritamente judaicos ou islâmicos ou cristãos, posto que híbridos, posto que resultantes de mesclas e enlaces ocidento-orientais. Donde, por exemplo, estas figuras de limiar – moçárabes (cristãos que viviam sob o domínio muçulmano) e mudéjares (muçulmanos que viviam sob o domínio cristão), muladís (cristãos convertidos ao islamismo) e tornadiços (muçulmanos convertidos ao cristianismo) – que habitaram os espaços geográficos daquela península das três religiões, em meio às tensões, distensões e alternâncias decorrentes das diferentes hegemonias exercidas e fases político-administrativas atravessadas.

O último capítulo dessa permanência islâmica na Ibéria foi o Reino Nasrida de Granada, conquistado em 1492 pelos Reis Católicos de Espanha. De modo que estamos a falar, ao todo, de mais de 780 anos de uma ostensiva presença islâmica no Ocidente, que deixou marcas profundas em todas as esferas de vida e nas formas de pensar, agir e sentir de espanhóis e portugueses.

Ibéria, portanto, não é Europa. É Europa geologicamente, mas étnica, linguística, cultural e historicamente não é apenas Europa. Tão assinalável é esta condição híbrida da península que, para torná-la de todo evidente – para escancará-la –, Saramago decidiu-se por apostar literariamente na radicalização do argumento, fazendo com que 1) a Península não fosse Europa nem mesmo geologicamente; e 2) que portugueses e espanhóis se conscientizassem contemporaneamente da importância das suas profundas afinidades históricas, étnicas, linguísticas e culturais com os dois continentes que margeiam o Atlântico Sul. Daí ele, Saramago, no exercício de sua imaginação utópico-ficcional, ter, por um lado, apartado geologicamente a Península da Europa, e, por outro lado, a feito navegar, revolucionando-se, até as proximidades do Atlântico Sul, para ali formar uma promissora trindade com a América do Sul e a África.

Não casualmente, o romance *A Jangada de Pedra* foi publicado em 1986, ano no qual deu-se a entrada oficial de Portugal e Espanha na Comunidade Econômica Europeia (a CEE), atualmente chamada de União Europeia. Veja-se então a carga de significado implicada no ato de publicação deste romance por Saramago, como a lembrar aos até então periféricos ibéricos que integração econômica não deveria ser nem rendição nem conversão histórica, linguística ou cultural aos países ricos da Europa central. Daí, igualmente, a seguinte afirmação feita por Saramago três anos depois, em 1989, num pequeno e relevante texto intitulado “Acerca do (meu) iberismo”:

Quero eu dizer [...] que esta Península, que tanta dificuldade terá em ser europeia, corre o risco de perder, na América Latina, não o mero espelho onde poderia rever alguns dos seus traços, mas o rosto plural e próprio para cuja formação os povos ibéricos levaram quanto então possuíam de espiritualmente bom e mau, e que é, esse rosto, assim o penso, a mais superior jus-



tificação do seu lugar no mundo. Admitiria que a América Latina quisesse esquecer-se de nós, porém, se me autorizam a *profecia*, antevejo que não iremos muito longe na vida se escolhermos caminhos e soluções que nos levem a esquecer-nos dela.<sup>10</sup>

Para Saramago, a América Latina é, portanto, a mais elevada justificação do lugar da Península Ibérica no mundo. Pois na América Latina, Portugal e Espanha deparam-se não apenas consigo mesmos, com seus respectivos rostos, mas com seus rostos pluralizados, isto é, com suas identidades históricas, culturais e linguísticas redimensionadas e ainda mais diversificadas. E neste ponto reside o cerne da questão: se Ibéria não é apenas Europa, América Latina ainda menos Europa é. Pois na América Latina não-europeísmos somam-se, intensificam-se, reforçam-se, potencializam-se e radicalizam-se mutuamente. Aqui, na América Latina, as reservas de não-europeísmo de portugueses e espanhóis miscigenaram-se profundamente com as singularidades africanas e ameríndias, que de Europa não tinham nada.

Na América Latina, a bicontinentalidade Europa-África, Oriente-Occidente, judaicocristã-islâmica, da Ibéria enriquece-se, sofisticase-se, tetracontinentaliza-se, por assim dizer, com Ameríndias e Áfricas subsaarianas, índico-atlânticas. Daí resultando um novo complexo histórico-geográfico e étnico-cultural enquanto mescla intercivilizacional que é e ainda-muito-mais-não-é Europa. E que, por esse motivo, não embarcou *plenamente* no projeto multissecular da Europa humanista, renascentista, iluminista, utilitarista (economicista) –, projeto multissecular de racionalização, secularização, antropocentrização e dominação da natureza e do mundo. O que significa dizer que, no espaço ibero-afro-americano, quem ainda em boa medida reina e manda, de diferentes maneiras, são os deuses. De católicos a candomblecistas, de espíritas a neopentecostais, de animistas a adeptos dos variados ramos da espiritualidade contemporânea, não é o *anthropos*, o humano, o que está no centro como medida de todas as coisas. O que está no centro, como medida de todas as coisas, é o sagrado, o divino e as muitas interpretações e experiências que deles se fazem.

O desencantamento do mundo, de que fala o sociólogo alemão Max Weber,<sup>11</sup> ou a desmitificação, desmágicização, dessacralização e desdivinização desse mesmo mundo processou-se por estas bandas de cá – estas nossas bandas – de forma um tanto relativa e setorial, portanto, sem impactar segmentos amplos da população. Disso, a propósito, dão especial testemunho as múltiplas manifestações da assim chamada cultura popular tradicional luso-afro-ameríndio-brasileira.

---

<sup>10</sup> José Saramago, “Acerca do (meu) iberismo”. *Encuentros/Encontros*. Revista hispano-portuguesa de investigadores en ciencias humanas y sociales. Olivenza, n.º 1, 1989, p. 31. (Grifo meu.)

<sup>11</sup> Para uma sistematização crítica e bem fundamentada sobre o lugar e os sentidos dessa noção no conjunto da obra de Max Weber, cf. Antônio Flávio Pierucci, *O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber*. São Paulo: Editora 34, 2003.

Cultura de culturas, sempre no plural, sempre como síntese de múltiplas determinações, mas na qual, a despeito de toda a diversidade, deparamo-nos costumeiramente com práticas e representações que remetem ao sagrado, ao mítico, ao mágico, ao maravilhoso, ao rito – numa palavra –, a um mundo encantado e místico, pleno de Deus, pleno de deuses, no qual o humano torna-se também divino; do divino preenche-se – por assim dizer, entusiasma-se, encanta-se.

O meu mestre, Rei dos Mestres, chegou / E neste salão entrou / Vem chegando e vem  
salvando os pecador / O meu mestre, Rei dos Mestres, já raiou<sup>12</sup>

•

Quebra a cabaça, espalha a semente / Planta do lado que o Sol nascer /  
Tapindaré, aê Tapindaré / Ele é caboclo, Tapindaré<sup>13</sup>

•

Meu Divino Espírito Santo  
Da Glória celestial  
Me ajude a vencer  
Esta batalha real  
Esta batalha real  
Nós havemos de vencê  
A mesma croa [coroa] divina  
Ela é de nos valê  
Apareça, Santa Croa, apareça  
Agora que eu vim salvá<sup>14</sup>

Conforme se pode depreender, os primeiros versos citados são dedicados a Oxalá, que como se sabe costuma ser sincretizado com Jesus Cristo, igualmente referido como “Mestre, Rei dos Mestres”. Os segundos versos mencionam explicitamente um caboclo de cura, de nome Tapindaré. E, por sua vez, os terceiros versos são dedicados ao Espírito Santo, Terceira Pessoa da Santíssima Trindade.

Oxalá, Tapindaré, Santo Espírito – África, Ameríndia, Europa de Cispireneus: três divindades, três geografias, três complexos étnico-culturais distintos que são aqui referidos em sua

---

<sup>12</sup> Casa Fanti-Ashanti e A Barca, “Mestre Rei dos Mestres chegou”, in *Baião de Princesas*. São Paulo: Gravadora CPC-UMES, 2002. Faixa 2. Compact disc.

<sup>13</sup> Casa Fanti-Ashanti e A Barca, “Tapindaré”, in *Baião de Princesas*. São Paulo: Gravadora CPC-UMES, 2002. Faixa 9. Compact disc.

<sup>14</sup> Caixeiros da Casa Fanti-Ashanti, “Apareça Santa Croa”, in *Caixeiros da Casa Fanti-Ashanti tocam e cantam para o Divino*. São Paulo: Itaú Cultural: Associação Cultural Cachuera!, 2002. Faixa 6. Compact disc.

diversidade, mas sem perder de vista a reunião que deles foi feita no Brasil, por exemplo na Casa Fanti-Ashanti e em outros terreiros do Maranhão, com seu culto aos orixás, voduns, encantados e caboclos, no tambor de mina, por um lado, e seu culto ao Espírito Santo, próprio dos catolicismos populares, por outro, bem como com as confluências e porosidades recíprocas entre eles.

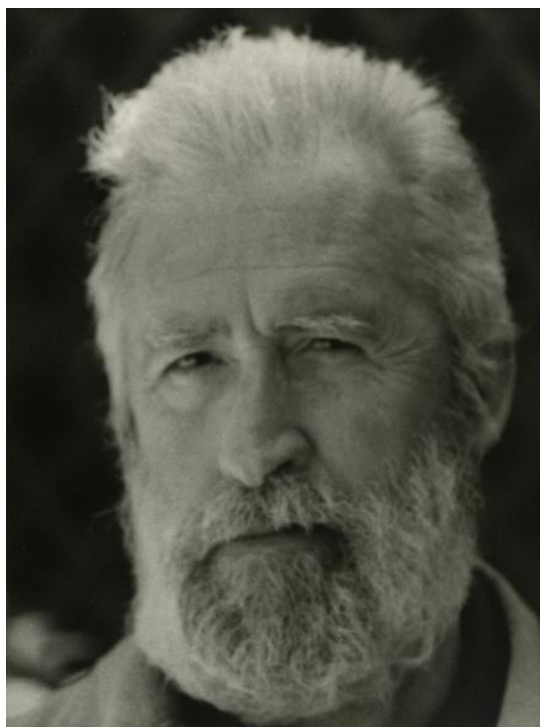
Casa Fanti-Ashanti que, junto com outros Ilê-Axés maranhenses, destaco como um dos mais notáveis exemplos das sínteses culturais de que a civilização brasileira foi capaz de forjar. Síntese ecumênica a nos lembrar que “a verdade não pode estar em faltar ainda alguma coisa”, e que, portanto, sejamos “tudo, de todas as maneiras”, o mais universalistas que pudermos, como preconizava Fernando Pessoa ao falar do seu “Paganismo Superior”, no sentido de um “Politeísmo Supremo” que abrangesse toda a vasta e variada riqueza da pluralidade de crenças e cosmovisões: “Não queiramos que fora de nós fique um único deus! Absorvamos os deuses todos! [...] Na eterna mentira de todos os deuses, só os deuses todos são verdade”.<sup>15</sup>

## V. O HUMANISMO MILENARISTA DE AGOSTINHO DA SILVA

Isto posto, parece-me oportuno introduzirmos Agostinho da Silva, um pensador luso-brasileiro que nasceu em Portugal no ano de 1906 e que viveu como exilado na América Latina por cerca de 25 anos, em razão de perseguição e prisão política que sofreu, em Portugal, por parte do regime ditatorial de Antônio de Oliveira Salazar. Desses 25 anos vividos em terras latino-americanas, esteve no Uruguai e na Argentina entre 1945 e 1947 e, no Brasil, entre 1944 e 1945 e depois de 1947 a 1969, tendo se naturalizado brasileiro em 1959. Além de luso-brasileiro, Agostinho da Silva sentia-se também ibérico, por ter sido criado numa zona de fronteira entre Portugal e Espanha e crescido bilingue de português e castelhano. No Brasil, entre várias outras realizações, participou dos processos de fundação de cinco universidades públicas: a Federal Fluminense, a Federal da Paraíba, a Federal de Santa Catarina, a Universidade de Brasília e a Federal de Goiás e, em Salvador, criou e implantou, em 1959, o primeiro centro de estudos africanos do Brasil, ainda hoje existente, o Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia. Centro a partir do qual contribuiu pioneiramente para a formulação da política externa independente do Brasil com relação à África e para uma aproximação do Brasil com alguns países africanos, a exemplo da Nigéria, do Senegal, Gana, Benin, Angola e Moçambique.

---

<sup>15</sup> Fernando Pessoa, *Portugal, sebastianismo e Quinto Império*. Prefácio, introduções, notas e organização de Antônio Quadros. Mem Martins, Portugal: Publicações Europa-América, 1986, p. 160-161. (Obra em prosa de Fernando Pessoa.)



*Agostinho da Silva (1906-1994), em fotografia tirada na década de 1980*

Por que convoco Agostinho da Silva e o seu tão relevante quanto desconcertante pensamento para esta nossa reflexão? Por mais de um motivo, mas primeiramente porque vejo na experiência de América Latina protagonizada por Agostinho um correspondente histórico concreto daquela viagem oceânica da Península Ibérica narrada por José Saramago. Semelhantemente à jangada de pedra, que por completo subverteu-se visando pôr-se ao lado da América Latina e da África, Agostinho da Silva por inteiro refez-se em contato com a realidade sócio-histórico-cultural daquelas sociedades sulamericanas em que o seu autoexílio político transcorreu. Através de suas andanças de Uruguai, de Argentina e, em especial, de Brasil – país que ele palmilhou em todas as direções cardeais –, Agostinho da Silva afirma ter passado pelo que chamou de uma revolução pessoal total, que permitiu a ele repensar substantiva e criticamente tanto a si mesmo quanto à história e cultura dos países peninsulares, logo a história e cultura de Portugal e Espanha, à luz dos eventos e conhecimentos que foi experienciando em sua longa estada latino-americana. E o que sobretudo o levou a revolucionar-se – no sentido de conceber-se outro e de proceder a uma modificação radical da visão que até então tinha sobre a Ibéria, a Europa e a Latino-América –, foi justamente o encontro com certas manifestações das culturas populares, no Brasil, tais como a literatura de cordel, o repente, a folia de Reis, os reisados, as crenças sebastianistas, o bumba-meu-boi, o candomblé, o culto de tambor de mina e ainda o culto popular do Espírito Santo.

Pois bem, à luz sobretudo desses encontros que teve no Brasil com as culturas populares – e em particular com os cultos e festas em honra do Divino Espírito Santo –, Agostinho da Silva torna-se um milenarista, ou seja, alguém que pensa, sente e age em favor do advento de um Reino de Deus no mundo, quer dizer, um Reino de Deus terrestre, histórico e concreto a fazer-se realidade neste nosso mundo, e não de um Reino de Deus meramente celeste, atemporal e abstrato. Acrescentemos ainda que o milenarismo de Agostinho da Silva era e é um milenarismo de tipo paradigmático (modelar), pois provém do pensamento e da obra de um monge cristão chamado Joaquim de Fiore, que viveu entre os anos de 1135 e 1202 (século XII, Idade Média portanto), na região da Calábria, sul da Península Itálica, e cujas ideias teológicas fizeram-se presentes no momento em que o culto popular do Espírito Santo é criado, em Portugal, no século XIII.



*Gioacchino da Fiore (1135-1202), numa imagem póstuma contemporaneamente reconstituída e trabalhada a partir da mais antiga representação que dele se conhece, uma xilogravura de inícios do século XVII.<sup>16</sup>*

Observe-se então, nesse sentido, o fato de não ter havido casualidade nenhuma em o humanista Agostinho da Silva ter se tornado um milenarista de tipo joaquimita, a partir do profundo impacto nele causado pelos cultos e festejos dedicados ao Espírito Santo, pois nas origens desses

<sup>16</sup> Vide, a respeito, o site do arquiteto, curador e pesquisador italiano Pasquale Lopetrone, de onde provém a imagem acima. Em especial o tópico “L’effigie dell’abate Gioacchino da Fiore”. Disponível em: <<http://paslopetrone.altevista.org/22s.html>>. Acesso em: 05 out. 2021.

cultos e festejos – que desde o século XVI seriam trazidos para o Brasil e aqui tendo ganhado reconfigurações próprias e cores locais –, encontra-se presente o instigante pensamento teológico do abade calabrés Gioacchino da Fiore.

Dito isto, torna-se oportuno abordarmos a ideia de um “Império da Flor de Lis”, tal como pensado por Agostinho da Silva, esse luso-brasileiro humanista de guinada (ou virada) joaquimita e milenarista que viu no culto popular do Espírito Santo a expressão por excelência do universalismo da cultura luso-afro-ameríndio-brasileira. Cultura de culturas, conforme vimos, profundamente marcadas pela experiência do místico e do mágico e nas quais – relembremos – a desmitificada e desmagicizada Europa moderna não dita, sem restrições, nem rumos nem regras. O que evidentemente não quer dizer que o fascinante caldeamento cultural europeu, da época antiga à contemporânea, não se faça notar e não tenha aí um papel determinante. Europa e não-Europa fazem-se notar no universo civilizacional luso-afro-ameríndio-brasileiro. Mas a Europa que aí se põe como preponderante e decisiva é, mais que a moderna, a Europa pré-moderna, a Europa medieval – pagã e cristã –, a Europa mitológica e feiticeira (xamânica!), regida pelos ritmos e saberes da natureza, da *Terra Mater* e das Nossas Senhoras e Virgens negras (leia-se: ctônicas), cultuadas nas lapas, criptas e cavernas. Uma Europa, portanto, anterior à secularização, ao pontificado de uma racionalidade restrita e à desdivinização que fizeram a cabeça da modernidade, particularmente da segunda metade do século XVIII em diante.

Mas o que, afinal, viria a ser essa ideia agostiniana de um “Império da Flor de Lis”? Para responde-lo faz-se necessário nos ocuparmos, primeiramente, da teologia da história que Gioacchino da Fiore concebe, no século XII, a partir de uma sofisticada e potencialmente revolucionária interpretação do livro do *Apocalipse*, de João Evangelista.

## VI. A TEOLOGIA TRINITÁRIA DA HISTÓRIA DE GIOACCHINO DA FIORE

Essencialmente, a contribuição dada por Gioacchino da Fiore consiste em ter ele reavivado a dimensão escatológica do cristianismo, ou seja, aquela dimensão da doutrina cristã que se ocupa do fim dos tempos, do destino final, da destinação última do homem como do mundo. Essa dimensão escatológica é então por ele reavivada através da mobilização da ideia profética de um Reino Terrestre de Deus de mil anos, tal como antes anunciado pelo livro do *Apocalipse*. No capítulo 20, versículos de 1 a 6, João Evangelista<sup>17</sup> relata a sua antevisão do advento de um

---

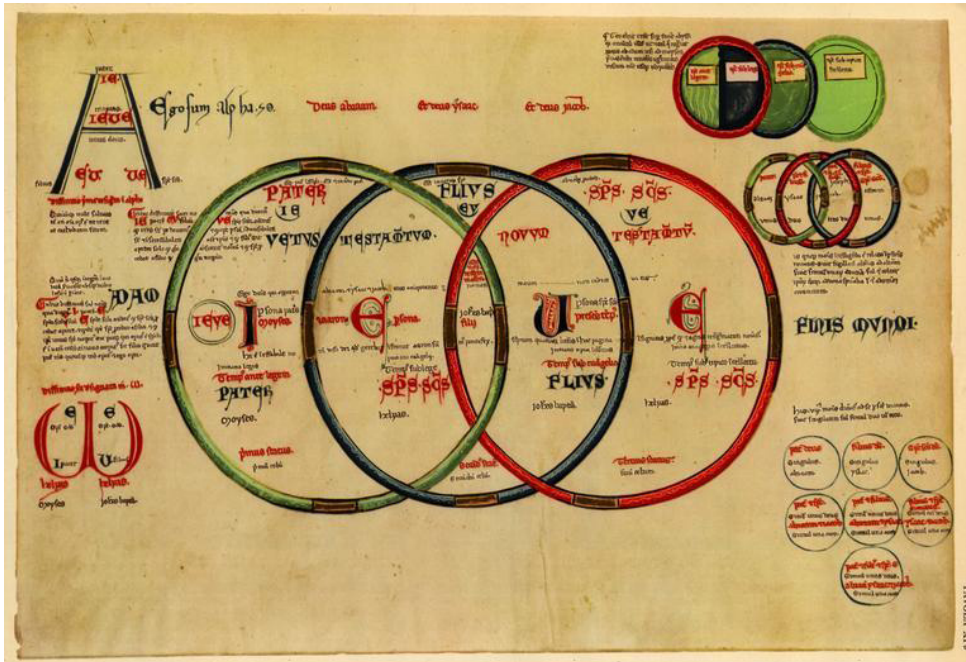
<sup>17</sup> João, *Apocalipse*, in *A Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Edições Paulinas, 1985, p. 2324-2325.

reino futuro de plena felicidade humano-divina sobre a Terra. Um reino de homens e mulheres íntegros e justos que teria a duração simbólica de mil anos e que seria concretizado na história e no tempo. Um reino humano-divino, temporal e histórico, portanto.

Em Gioacchino da Fiore, esse reino milenarista tematizado pelo livro do *Apocalipse* toma a forma de um terceiro estado do mundo, uma idade futura do Espírito Santo. Isto é, de um estágio vindouro da história da humanidade, caracterizado pela prevalência da justiça, do amor, da fraternidade e da liberdade entre os homens.

Em linhas gerais, Joaquim de Fiore perspectiva a história da humanidade em sua totalidade como dividida em três grandes estados, etapas ou idades: a idade do Pai, a idade do Filho e a idade do Espírito Santo. Ele, portanto, mobiliza a ideia da Santíssima Trindade como um princípio de partição, de organização e de atribuição de sentido e significado ao transcurso do tempo histórico, desse modo propondo-nos um entendimento, uma compreensão do tempo histórico e humano a partir de cada uma das Três Pessoas de Deus.

Para uma apreciação de conjunto da teologia trinitária da história de Gioacchino, visualizemos um diagrama por ele concebido. Trata-se de uma das imagens que compõem o *Liber Figurarum*, o seu *Livro de Figuras*.<sup>18</sup>

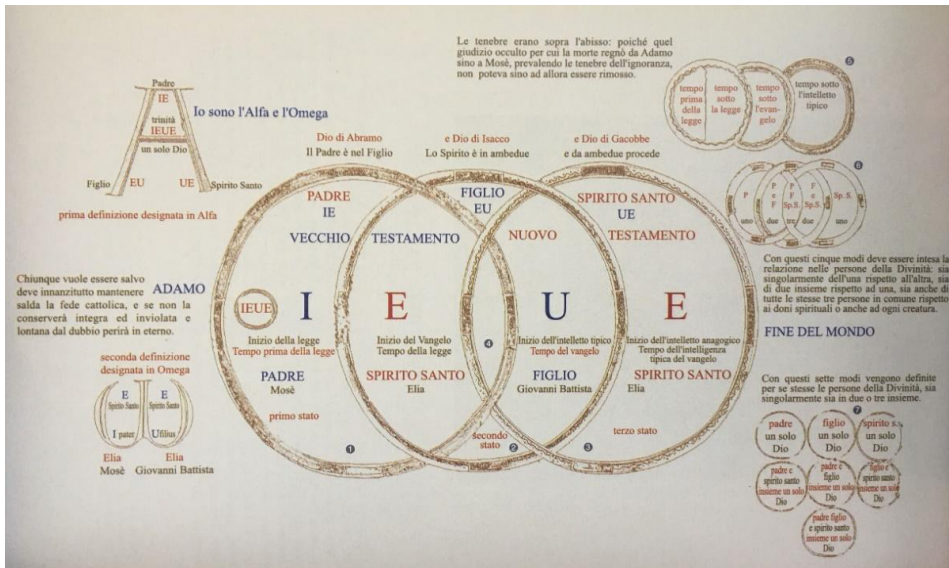


Os círculos trinitários da teologia figurativa da história do Abade de Fiore

O diagrama é composto por três círculos entrelaçados. Da esquerda para a direita, o primeiro, em verde, representa a idade do Pai, o segundo, em azul, a do Filho, o terceiro, em

<sup>18</sup> Cf. Leone Tondelli, *Il Libro de Figure dell'Abate Gioacchino da Fiore*. 2.<sup>a</sup> ed. Turim: Società Editrice Internazionale, 1953.

vermelho, a do Espírito Santo. Para uma melhor visualização dos elementos-componentes da imagem, vejamo-la por meio desta transposição didática do original.<sup>19</sup>



Juntos, os três círculos cobrem temporalmente a totalidade da história humana, dos princípios adâmicos ao fim do mundo, do Alfa ao Ômega. Mas não se trata, em nenhuma hipótese, de uma representação do tempo de caráter meramente sequencial, sucessivo-linear. O que se apresenta aí não é o transcurso de três idades em que uma só começa após o final da outra, de maneira apenas aditiva. Assim como os círculos entrelaçam-se, os tempos, as idades, entrecruzam-se, de modo a indicar que há sim sucessão (uma idade dá-se após a outra), mas não somente sucessão. Há igualmente processualidades gradativas, tempos híbridos, simultaneidades, conforme as intersecções entre os círculos trinitários indicam. Passado, presente e futuro formam aí uma sequência, mas também concomitâncias. Cada idade abriga em si as outras duas. Daí porque o título desse diagrama seja “círculos trinitários”, pois cada um dos três círculos, em si, é trinitário. Cada um expressa temporal e fundamentalmente uma das Três Pessoas da Trindade, sem, ao mesmo tempo, deixar de expressar as outras duas. E isso é muito interessante, pois por aí Gioacchino figura o caráter co-substancial e co-eterno das Três Pessoas de Deus – que são Três Pessoas (uma trindade), mas que sendo consubstanciais (posto que constituídas por uma mesma substância) também compõem, também são uma única Pessoa (uma unidade). Unidade na eternidade que está representada pela intersecção central dos três círculos em forma simbólico-sagrada de mandorla, de amêndoa. Aí os três

<sup>19</sup> Cf. Salvatore Oliverio et alii, *Lo Specchio del Mistero: le tavole del Liber Figurarum* di Gioacchino da Fiore. 3.<sup>a</sup> ed. San Giovanni in Fiore: Centro Internazionale di Studi Gioachimiti: Pubblisfera, 2007.



estados ou idades coincidem geometricamente, são simultâneos, significando o caráter não apenas histórico, mas eterno da Santíssima Trindade. Em síntese, a Santíssima Trindade se concretiza progressivamente no tempo humano, mas provém do eterno-divino. Sucede-se na história, mas existe em simultâneo na trans-historicidade.

Profetizar um terceiro estado da história da humanidade, uma terceira idade, a do Espírito Santo, que se realiza na forma de um Reino dos Justos sobre a Terra, eis a virada, o giro escatológico que a teologia trinitária da história de Gioacchino da Fiore instaura, revivescendo intensamente no horizonte do Ocidente cristão a expectativa do advento de uma época de plenitude humano-divina a se realizar neste mundo aqui e não num paraíso *post-mortem* abstrato, vago e distante.

Em que termos Joaquim de Fiore caracteriza os “três estados do mundo” ou idades históricas do Pai, do Filho e do Espírito Santo? Cito uma conhecida passagem da sua obra *Concórdia do Novo e do Velho Testamento*:

São, pois, três os estados do mundo, como já descrevemos nesta obra, de acordo com o que sugerem os mistérios das divinas páginas. O primeiro é aquele que vivemos sob a lei; o segundo é aquele no qual vivemos sob a graça; e no terceiro, que esperamos entrar em breve, será de uma graça mais perfeita [...]. O primeiro estado foi, pois, no conhecimento; o segundo, em parte na sabedoria; e o terceiro na plenitude da compreensão. O primeiro na servidão de escravos, o segundo na servidão filial, e o terceiro na liberdade. O primeiro na flagelação, o segundo na ação, e o terceiro na contemplação. [...] O primeiro é dos velhos, o segundo dos jovens, e o terceiro das crianças. [...]; o primeiro no inverno, o segundo na primavera, e o terceiro no verão. O primeiro estado produziu urtigas, o segundo rosas, e o terceiro lírios. [...] O primeiro pertence ao Pai, que foi o criador de todas as coisas. [...]. O segundo estado pertence ao Filho [...]. O terceiro estado pertence ao Espírito Santo, do qual diz o Apóstolo: “Onde está o Espírito de Deus, aí está a Liberdade” (II Cor 3, 17).<sup>20</sup>

De acordo com Gioacchino da Fiore, e conforme dito, a história da humanidade é progressiva, rumando gradual e complexamente de um estado de flagelação e escravidão para um tempo de contemplação e de liberdade. Em sua definição, a Idade do Espírito Santo apresenta-se como uma época de plena vitalidade humana, imaginação criadora e inteligência espiritual; de beleza, fraternidade e abundância. Uma época, pois, de felicidade humana sobre a Terra, sem dominadores nem dominados, sem fome nem guerras nem injustiças.

---

<sup>20</sup> Gioacchino da Fiore, *Concordia Novi ac Veteris Testamenti apud* Noeli Dutra Rossatto, Leila Teresinha Maraschin e Cláudio Reichert do Nascimento, “Evangelho Eterno: a hermenêutica condenada”. *Filosofia Unisinos*, vol. 11, n.º 3, set./dez. 2010, p. 320-321.

Caminhando para a parte conclusiva desta reflexão, parece-me imprescindível dizer que esta ideia-imagem joaquimita de uma Idade do Espírito Santo figuraria com todo o mérito entre as ideias de mais largo alcance e repercussão na história das sociedades ocidentais, nos planos tanto da cultura erudita quanto da cultura popular.

Ao nível da cultura erudita, a ideia-imagem da Idade do Espírito Santo inspirou, de diferentes maneiras, toda uma plêiade de pensadores cujas contribuições foram muito relevantes para o chamado Ocidente. Cito dois apenas: Immanuel Kant e Karl Marx. Ambos tendo proposto versões desdivinizadas de um Reino terrestre de Deus. Kant com o seu projeto de uma Sociedade de Nações livres, justas e fraternas; Marx com a proposição de uma Sociedade sem Classes. E não se pense que se trata de ilação desprovida de fundamento. São relações ou conexões – essas entre a teologia da história de Gioacchino da Fiore e as filosofias da história de Kant e Marx – que podem ser reconstituídas e documentadas. Afinal, como textualmente o afirma Kant: *die Philosophie könne auch ihren Chiliasmus haben*, a saber, “a filosofia também pode ter seu quiliasmo”,<sup>21</sup> sendo que “quiliasmo” vem do grego *khílioi*, “mil”, donde, palavra sinônima de “milenarismo”.

Por sua vez, ao nível das culturas populares, é não menos impressionante surpreendermos a sobrevivência da visão joaquimita da Idade do Espírito Santo na tradição plurissecular – são já mais de 700 anos – das Festas do Divino no Portugal continental, no Portugal das Ilhas Atlânticas, nas comunidades de imigrantes açorianos dos Estados Unidos e do Canadá e, sobretudo, no Brasil.

O que quero dizer é que o culto popular do Espírito Santo – e por meio dele o profetismo de Joaquim de Fiore – é algo que efetivamente nos concerne, algo que nos diz profundamente respeito, tenhamos disso consciência ou não. E sua importância para a nossa cultura entrecruzada, mestiça e de vocação universal, tem comprovação aritmética: trata-se de tradição cultivada (e muitíssimo cultivada), ainda nos dias de hoje (séculos passados), em todos ou em praticamente todos os estados da federação.

## VII. POR UM PROJETO DE PAÍS FUNDADO NOS SABERES DAS CULTURAS POPULARES

De tão duradouro no tempo e de tão difundido no espaço, no espaço-tempo plural da vária cultura luso-afro-ameríndio-brasileira, o culto popular do Espírito Santo pode ser tido como um

---

<sup>21</sup> Immanuel Kant, *Ideia de uma História Universal de um ponto de vista cosmopolita*. Organização de Ricardo R. Terra. Tradução de Rodrigo Naves e Ricardo R. Terra. 3.<sup>a</sup> ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011, p. 17.

dos modos de enunciação ou de expressão de certas formas de pensar, de sentir e de agir que perpassam/atravessam segmentos consideráveis da sociedade brasileira. De onde este desafio que se põe perante todos e todas nós de sabermos discernir o que alegórica, simbólica e semanticamente aí está em jogo e de sabermos extrair consequências políticas, sociais, econômicas e culturais objetivas disso.

Urge continuarmos a pensar, de modo crescente e cada vez mais mediado, uma ideia de Brasil e um projeto de país a partir do *ethos*, dos valores, dos saberes, das formas de comportamento e das maneiras de ser que surpreendemos nas práticas e representações das culturas populares, e nas quais o culto popular do Espírito Santo ocupa um lugar de destaque: todo um mundo de diversa gente afluí para as Festas do Divino. Gente de congadas e marujadas, de cavalcadas e de mascarados, irmandades católicas de brancos e irmandades católicas de pretos, o povo de santo (do culto de tambor de mina ao candomblé, passando pela umbanda) e os povos indígenas. Todos vêm contemplar e orar, cantar e se divertir em homenagem ao Divino Paráclito, ou seja, ao Divino Auxiliador (do grego *Parákletos*, “auxiliador”). Aquele que é definido, nas palavras do hino *Veni Sancte Spiritus*, do século XIII, como “Doador das riquezas”, “Luz dos corações”, “Consolador perfeito, doce hóspede da alma, doce alívio”. “No trabalho, repouso, nas paixões, temperança, na aflição, conforto”. Aquele que “dá à virtude o mérito”, “à saúde o vigor”, aquele que “dá a alegria perene”!<sup>22</sup>



*Representação em madeira do Divino Espírito Santo. Igreja.Nosso Senhor do Bonfim, 2019, Pirenópolis, Goiás, Brasil. Foto de Amon Pinho.*

<sup>22</sup> Cf. Edmar José de Almeida, *Vinde Espírito Santo. Afrescos e gravuras*. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2002, p. 6-7. A tradução do latim para o português, belíssima por sinal, da sequência *Veni Sancte Spiritus*, de que citamos alguns versos apenas, é do próprio Edmar José de Almeida, este pintor-iconógrafo que se autodefine como “artista artesão da própria psiqué”.

Aliás, será certamente em decorrência disso, em decorrência desses predicados e dons, que a sua fama e notabilidade se deve, e que, nesse sentido, tenha caído no gosto e nas graças de tantos devotos de distintos pontos e cantos do país. E não apenas contemporaneamente, por óbvio. Já no Rio de Janeiro do século XIX, a Festa do Divino Espírito Santo era nada mais nada menos do que a maior e mais importante festa popular de toda a cidade (então capital do Império), e na qual as folias do Divino, sacro-profanamente, cantavam quadrinhas assim: “Meu Divino Espírito Santo, / Divino celestial, / Vós na terra sois pombinha, / No céu pessoa real”; “O Divino pede esmola, / Mas não é por precisão, / É somente pra saber / Quem lhe dá seu coração”; ou ainda: “O Divino Espírito Santo / É um grande folião, / Amigo de muita carne, / Muito vinho e muito pão.”<sup>23</sup>

Nada disso passou despercebido para o humanista e anarco-milenarista Agostinho da Silva nos mais de 20 anos que permaneceu em terras brasileiras e onde teve oportunidade de acompanhar *in loco* diferentes festejos e ritos dedicados ao Divino Paráclito. Até no Guajará-Mirim, na fronteira do estado de Rondônia com a Bolívia, acompanhou ele manifestações populares em fé e louvor à Terceira Pessoa da Santíssima Trindade.

A ideia agostiniana de um Império da Flor de Lis<sup>24</sup> apresenta-se, então, como uma instigante e propositiva síntese interpretativa do culto popular do Espírito Santo em articulação com o milenarismo de Joaquim de Fiore e as versões ou variantes dessacralizadas desse milenarismo joaquimita, isto é, as utopias libertárias de cunho socialista e anarquista.

Pondo de forma bastante esquemática, três são os momentos constituintes que – em meio às muitas e distintas especificidades próprias às várias teatralizações das Festas do Divino – mais chamaram a atenção de Agostinho da Silva: o coroamento de crianças como imperadores ou imperatrizes do mundo, o ato de libertação de presos e a realização de um banquete farto e gratuito.

Embora nem sempre presentes na diversidade das festas – e quando presentes sujeitos a modalizações –, de cada um desses três momentos constituintes Agostinho da Silva extrai princípios, ideais, que pudessem genuinamente nos inspirar no propósito de construção de uma sociedade radicalmente outra. Afinal, como ele bem notava não seriam as Festas do Divino uma comemoração de eventos pretéritos apenas, mas sobretudo uma celebração voltada para a imaginação do futuro, para uma vindoura Idade do Espírito Santo, uma idade de felicidade e plenitude humanas sobre a Terra.

Tratar-se-ia, portanto, de um culto mais prospectivo do que retrospectivo, no qual, de acordo com a interpretação também ético-política de Agostinho da Silva:

---

<sup>23</sup> Cf. Martha Abreu, *O Império do Divino*. Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 58 e 59.

<sup>24</sup> Agostinho da Silva, *Dispersos*. Introdução de Fernando Cristóvão. Apresentação e organização de Paulo Borges. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: ICALP: Ministério da Educação, 1989.

1) o coroamento de crianças simbolizaria o princípio ou o ideal de entronização da imaginação criadora e da capacidade humana de reinvenção no exercício do poder, do poder político prioritariamente;

2) a libertação ou o cuidar dos presos representaria o ideal de nos emanciparmos o mais possível, social e individualmente, de prisões ou cadeias físicas, psicológicas e espirituais;

3) a oferta gratuita de um pródigo banquete significaria o anseio de viabilização de uma sociedade de abundância em que não houvesse, para ninguém, nem fome, nem faltas, nem escassez.

Eis, segundo Agostinho da Silva, e desde o auto de Pentecostes das Festas do Divino, os princípios diretores conducentes a um tempo novo, a um terceiro estado do mundo, a um Império da Flor de Lis, pois a flor de lis, ou seja, o lírio, é a flor-signo da Idade do Espírito Santo. Da mesma forma como dessa Idade são igualmente signos a criança, a liberdade, a amizade, o trigo, o azeite e o *Evangelho Eterno*. O *Evangelho Eterno*, já mencionado por João Evangelista no livro do *Apocalipse*. Um Evangelho não escrito, não grafado em papel, porque a ser grafado, por cada um, diretamente no viver, na consciência e no espírito. No espírito de quem se põe crítica e livremente, inter e trans-religiosamente – numa palavra, ecumenicamente – a realizar sínteses criativas e superiores do Velho e do Novo Testamentos, e mais, de escrituras, tradições, mitologias e saberes outros, que a vida é plural, matizada e múltipla, inclusive agnóstica, inclusive ateia, e isto poderá ser sempre oportunidade para o exercício concreto de ideais de sabedoria. Não são o entendimento e a ciência, também eles, dois dos sete dons do Santo Espírito?

Este Império da Flor de Lis, contudo, jamais existirá na realidade do mundo exterior se não existir antes na realidade do mundo interior de cada um de nós. (Precisamos o mais que pudermos ser a transformação que queremos ver no mundo!) Se à maneira da alegórica Península Ibérica de que fala Saramago não rodopiarmos sobre o Atlântico, oceano que mais liga do que separa África, Ibéria e América Latina. Se não nos pusermos em suspensão e procedermos a revoluções pessoais totais como a que acometeu Agostinho da Silva, este empenhado arauto que se junta a Joaquim de Fiore, aos utopistas libertários da empiria e aos devotos e foliões do culto popular do Espírito Santo em convocatória à humanidade para os tempos do humano-divino.

Neste presente histórico desencantado que é o nosso, a tarefa que necessária e repetidamente se põe continua a ser essencialmente a mesma: a tarefa de reencantamento do mundo, reencantamento no qual a cultura luso-afro-ameríndio-brasileira saberá certamente exercer a sua maestria. Não é mesmo Boca do Céu?

## COMO CITAR ESTE ENSAIO

PINHO, Amon. Por um Império da Flor de Lis. Ou sobre os não-europeísmos universalistas e utópicos da cultura popular tradicional luso-afro-ameríndio-brasileira. In: *Encontro Internacional Boca do Céu de Contadores de Histórias*. Disponível em: <<https://bocadoceu.com.br/por-um-imperio-da-flor-de-lis>>. Publicado em: 31 mar. 2023.

AMON PINHO

REALIZOU ESTUDOS PÓS-DOUTORAIS EM FILOSOFIA PELA  
UNIVERSIDADE DE LISBOA E DOUTOROU-SE EM HISTÓRIA  
PELA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.

É PROFESSOR ASSOCIADO NOS INSTITUTOS DE HISTÓRIA  
E DE FILOSOFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
UBERLÂNDIA, PESQUISADOR ASSOCIADO NO CENTRO  
DE FILOSOFIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA E DIRETOR  
DA CÁTEDRA AGOSTINHO DA SILVA UFU DE ESTUDOS  
HUMANÍSTICOS, ELEMENTO DA REDE INTERNACIONAL  
DE DOCÊNCIA E PESQUISA DO CAMÕES – INSTITUTO DA  
COOPERAÇÃO E DA LÍNGUA, DE PORTUGAL.

